

PMDB e PFL já buscam acordo para 2º turno da Constituinte

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte, Nelson Jobim e José Lourenço, começaram a buscar um acordo para a votação do segundo turno da nova Constituição. Ambos consideraram a conversa muito boa, embora a expectativa de cada um seja diferente. Enquanto Lourenço acredita num acordo amplo, que possibilite votação em bloco, ficando para apreciação em separado apenas os pontos polêmicos, Jobim garante que o segundo turno será negociado passo a passo, a cada dispositivo.

"Acordo no segundo turno é mais fácil", avaliou o líder pemedebista, salientando que as discussões dizem respeito apenas à supressão global ou parcial de itens. A seu ver, a atenção precisará ser redobrada, porque não se terá possibilidade de corrigir eventuais erros. "O diálogo tem de ser constante", disse Jobim em apoio a Lourenço, que tomou a iniciativa do encontro. Os dois estão convencidos de que ninguém conta com maioria na Constituinte para impor sua vontade, mas que a decisão penderá para onde PMDB ou PFL tenderem.

Instrumental — A liderança do PFL está mais adiantada. José Lourenço entrega hoje a Jobim um estudo sobre o que seu partido pensa acerca de 50 pontos polêmicos da nova Carta, entre os quais o turno de seis horas e o tabelamento dos juros bancários em 12%. Jo-

bim explicou que pretende obter análise semelhante de seu partido, a partir do comportamento dos pemedebistas no primeiro turno. "Por enquanto, não há como entrar em temas específicos", disse Jobim a Lourenço, lembrando que no momento se está recolhendo o instrumental de trabalho, ou seja, as emendas que os constituintes apresentarão de amanhã à domingo. Salientou, porém, que o PMDB terá que demonstrar um "discurso consistente".

"O primeiro turno funcionará como parâmetro, para a liderança, neste segundo turno. Se houver dissonância entre o que se decidiu anteriormente e o que o partido pretende nesta última fase, prevalecerá o primeiro turno", avisou o líder. Segundo ele, isso não equivale a uma "ditadura do primeiro turno". E acrescentou: "Mas, para modificar uma decisão anterior do partido, terá que haver razões substantivas, e todos ficarão sabendo por que o PMDB estará se comportando diferente.

Ulysses — O deputado Ulysses Guimarães interrompeu por 35 minutos as atividades de presidente interino da República, para participar, no Congresso, do ritual de entrega da primeira versão da nova Constituição, redigida pelo deputado Bernardo Cabral. O presidente da Constituinte elogiou o trabalho com retórica de palanque: "Sinto um

grande orgulho desta Constituição. É uma Constituição com cheiro de povo."

As 12h30min, quando Cabral lhe entregou o texto, ele brincou: "Não esperava tantos repórteres. Isso me dá cócegas na língua".

Antes de voltar para o Palácio do Planalto, Ulysses citou os temas que deverão ser os mais visados no segundo turno: licença-maternidade e licença-paternidade; turno de seis horas; direito de greve amplo; voto aos 16 anos; e pagamento de um salário-mínimo aos deficientes.

Convencido de que 95% do texto da nova Constituição aprovado no primeiro turno serão mantidos no segundo, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse que o "empresariado está sendo enganado", ao se deixar envolver em articulações para suprimir "conquistas e avanços" nos Direitos Sociais e na Ordem Econômica. "Será muito difícil derrubar algum ponto no segundo turno. Só tem chance o que não foi aprovado por acordo", opinou. Citou como exemplos a emenda que fixou a taxa de juros em 12% e a que estabeleceu o turno de seis horas: "Ambas foram aprovadas pelo plenário sem acordo prévio entre as lideranças, e com apoio de boa parte do Centrão".

Empresariado tenta unidade

A partir das 14h30min, na sede da Confederação Nacional da Indústria em Brasília, empresários dos setores industrial, agropecuário, bancário e do comércio, tentarão eliminar divergências para enfrentar unidos o segundo turno da Constituinte. Segundo um diretor da CNI no Rio, desunidos, eles não terão os 280 votos para derrubar nada, principalmente as medidas contra os bancos, que, na opinião dele, foram os que perderam mais. Ele preferiu não se identificar porque, oficialmente, a finalidade da reunião de hoje será divulgar oficialmente os 24 pontos que o empresariado quer tirar do texto constitucional.

Só há unanimidade em torno de dois pontos: direito de greve e turno especial de seis horas. Eles não querem que o trabalhador decida quando e por que entrar greve, nem pretendem ver o turno especial implantado nas empresas que têm jornadas de trabalho ininterruptas.

Os representantes da agricultura (UDR) e dos bancos (Febraban) até agora são as partes mais difíceis de conciliar. Enquanto os banqueiros têm como ponto de honra a supressão da limitação da taxa de juros reais em 12% ao ano, os ruralistas vêem com simpatia essa limitação.

CNI mostra ônus de empresas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que os novos direitos sociais incluídos no projeto da Constituição provocarão um aumento médio de 39% nos custos de produção. Esse número foi obtido em pesquisa junto a 150 empresas de diversos setores e servirá como argumento, na tentativa de convencer a Constituinte a rever o texto aprovado em primeiro turno.

A pesquisa relaciona sete inovações que terão efeito imediato no aumento de custos e cinco cujo impacto será sentido a médio prazo. Da primeira lista constam redução de semana de trabalho de 48 para 44 horas; licença de 120 dias para a gestante; licença de oito dias para o pai; obrigatoriedade de instalação de creches e escolas; pagamento de hora-extra com adicional de 50%; e pagamento de férias com acréscimo de um terço sobre o salário.

Maior impacto — A redução da semana de trabalho é o item responsável pelo maior aumento de custos: 22,72% e 21,77% nas indústrias de calçados, construção civil e agropecuária. Em segundo lugar vem o turno especial de seis horas, com acréscimos de 7,13% nas siderúrgicas, 5,29% nas empresas de mi-

nerais não-metálicos e 9,05% nas indústrias de papel e celulose.

Entre os de impacto mais reduzido, o menos oneroso é a licença-maternidade de 120 dias. Representa apenas 0,09% de acréscimo nos custos de produção de todos esses setores. Na indústria têxtil, onde o número de mulheres é mais alto, o acréscimo não ultrapassa 0,18%. A licença-paternidade tem o segundo menor acréscimo (0,13%).

As horas-extras causarão impacto maior na construção civil (2,24%). Nas indústrias de papel e celulose não custarão nada a mais. O pagamento de um terço a mais no salário do trabalhador em férias custará um acréscimo igual para todos os setores: 2,56%.

Todos os itens somados provocarão impacto maior na agricultura (50,40%) e menor nas empresas metalúrgico-mecânicas (19,66%). Dos pontos listados como de impacto a médio prazo — aviso-prévio proporcional, indenização compensatória, prescrição de ações trabalhistas, participação nos lucros e seguro-desemprego — também é a agricultura o setor mais atingido, com acréscimo de custos da ordem de 15,36%.